

ENTREVISTA

Prof. Dr. Junior Ivan Bourscheid (Universidade Federal da Grande Dourados)



Sobre o entrevistado — Junior Ivan Bourscheid é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Professor Substituto do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Vice-líder do Grupo de Teoria, Arte e Política (GTAP). 2º Secretário do Centro de Integração Latino Americana (CILAM). Pesquisador Associado Profissional do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).

ORCID: 0000-0002-9550-2032

Lattes: 4482332147987035

E-mail: junior_bourscheid@hotmail.com

Quais são os possíveis cenários políticos para a eleição no Brasil? Quais partidos políticos podem se destacar?

Junior Ivan Bourscheid — Primeiramente, é preciso destacar a marcada centralidade das candidaturas de Bolsonaro e Lula, que em todas as sondagens eleitorais feitas até o momento (início de setembro) posicionam-se muito à frente das demais candidaturas. Dois fatores contribuem para esse fenômeno: por um lado, o personalismo e a polarização Bolsonaro-Lula, acirrando os ânimos dos apoiadores e criando um ambiente de maniqueísmo que antagoniza as lideranças opostas; e, por outro lado, a fragmentação do espaço de terceira força política, inviabilizando a conformação da “terceira via” eleitoral. Nesse contexto, o eleitorado tem focado suas atenções na disputa Bolsonaro-Lula, considerando as duas candidaturas como as mais viáveis eleitoralmente, interferindo na concepção do “voto útil”, em que o eleitor vota em Bolsonaro pois seria o único capaz de derrotar Lula nas eleições, e vice-versa. Contudo, tais estratégias para o Executivo possuem algumas dificuldades para serem transferidas à dinâmica eleitoral do Legislativo. O personalismo e a polarização nas eleições legislativas têm a dificuldade da fragmentação de candidaturas, as alianças e coligações, onde a vinculação com as candidaturas do Executivo dificulta a transferência

dos votos de uma candidatura às outras. De tal modo, o cenário de fragmentação partidária dos representantes eleitos que marcou as eleições de 2018 parece tender a repetir-se, com a diferença de termos que observar até que ponto os partidos das duas principais lideranças políticas das eleições de 2022 (o Partido Liberal – PL de Bolsonaro e o Partido dos Trabalhadores – PT de Lula) possuirão êxito nas candidaturas legislativas, e nos executivos estaduais. Outro fator que não pode ser desconsiderado é a retórica antidemocrática impulsionada pelo atual governo. Desde as eleições de 2018 Bolsonaro tem denunciado a existência de fraude eleitoral nos pleitos de 2014 e 2018, sem apresentar, até o momento, qualquer prova para fundar as acusações ao processo eleitoral democrático brasileiro. Desde o início do ciclo eleitoral de 2022 Bolsonaro tem afirmado que qualquer resultado que não seja a sua reeleição será a conformação de nova fraude eleitoral. Podemos comparar os movimentos feitos pela candidatura de Bolsonaro com os feitos pelo ex-presidente estadunidense em sua campanha para a reeleição em 2020. A suspeição sobre a transparência, a integridade e a lisura do processo eleitoral representa uma ameaça real às democracias liberal-representativas, pois é a partir do voto que os cidadãos posicionam-se com igualdade política. A não aceitação do resultado, de antemão, significa uma ruptura com a aposta institucionalizada, pois o candidato (e seu eleitorado) não consideram a possibilidade de serem derrotados eleitoralmente, retirando uma característica fundamental do processo eleitoral democrático: a imprevisibilidade. O problema aqui reside nos efeitos que essa retórica pode ter na prática. Como observado no caso estadunidense, a retirada da aposta institucionalizada faz que esse eleitorado possa buscar alcançar seus objetivos por outros meios que não a institucionalidade

democrática, e isso representa uma ameaça à toda convivência democrática da sociedade. Há de se ter em conta esse último fenômeno, pois suas consequências, como visto no caso estadunidense, são perigosas não apenas para a institucionalidade, mas também para toda a vida social.

Qual o balanço do governo Bolsonaro?

JIB — Iniciando pelos temas econômicos, o governo Bolsonaro começava com resultados relativamente positivos em 2019, apontando para uma recuperação da recessão de 2015-2016, contudo, com a pandemia de COVID-19, os efeitos internacionais e a profunda dificuldade interna para reagir aos efeitos econômicos negativos (os demais efeitos serão analisados posteriormente) resultaram em uma profunda recessão em 2020, com uma queda de 4,6% do PIB e uma taxa de desemprego de 13,5% (dados da CEPAL). Em 2021 e 2022 ambos indicadores começam, aos poucos, a ser revertidos. Não obstante, a partir de 2021 outro fator começa a tornar-se central, a inflação, que volta a passar a marca dos dois dígitos, impulsionada principalmente pelos preços de combustíveis e alimentos, com efeitos pesando desproporcionalmente nos estratos de menor renda. Passando para outro tema que marcou o governo Bolsonaro, as políticas do governo sobre o meio ambiente foram combustíveis para inúmeras polêmicas ao longo do governo, seja pelo aumento dos focos de incêndio gerando preocupações internas e internacionais, primeiro com a Amazônia e posteriormente com o Pantanal, seja pela atuação do ministro Ricardo Sales. A temática ambiental representou um ponto de conflito do governo brasileiro com as posturas predominantes em parcela considerável dos demais atores internacionais, inclusive fomentando um entrave para a conformação do acordo MERCOSUL-União

Europeia. Outro ponto a ser examinado refere-se ao campo da política, com as relações entre poderes e relações político-partidárias. Ao longo de todo o governo o Executivo adotou uma postura de enfrentamento com os demais poderes nos momentos em que suas demandas e preferências não eram atendidas ou possuíam entraves dos demais poderes. As relações com o Judiciário foram as mais polêmicas e conflituosas, gerando embates entre o presidente e ministros do Supremo Tribunal Federal, dificultando a convivência democrática entre os poderes da institucionalidade democrática. Nas relações político-partidárias, Bolsonaro rompe com o partido pelo qual chegou ao poder (o Partido Social Liberal – PSL) e fica parte considerável do mandato sem partido. As promessas de acabar com a governabilidade baseada nas negociações com o “centrão” (bloco de partidos com tendências fisiológicas) foram esvaziando-se ao longo do mandato, chegando-se ao final com Bolsonaro reconhecendo que pertence ao “centrão”, buscando o apoio necessário para avançar suas demandas no Legislativo. Com relação aos valores e a polarização político-moral, outro ponto importante ao longo do governo Bolsonaro, o presidente passou o mandato posicionando-se como defensor dos valores cristãos e tradicionais em oposição à suposta degeneração moral da esquerda (onde o presidente e seus apoiadores inserem todos aqueles que se opõem ou se indispõem), contribuindo para acirrar os ânimos entre seus apoiadores e toda a oposição. Contudo, o tema que tomou a atenção de grande parte do mandato e influenciou em todas as demais foi a pandemia de COVID-19. A desarticulação entre governo federal e governos estaduais resultou na falta de um planejamento estratégico para responder aos desafios da pandemia, juntando-se com o papel

desarticulador do próprio presidente da república. Bolsonaro impulsionou a desinformação, questionou a validade do pensamento científico, questionou a vacinação e impulsionou tratamentos alternativos sem embasamento médico, demonstrou insensibilidade diante do avanço da pandemia, e desde o início minimizou seus efeitos. A perda de cerca de 684.000 vidas para a pandemia de COVID-19 (até o momento) é uma marca do governo que tem sido trazida à tona pelos seus opositores. Em suma, fazendo um balanço das promessas de campanha, observamos como Bolsonaro manteve suas promessas relacionadas aos valores, à defesa da liberação do armamento da cidadania e à política ambiental menos rígida. Já com relação às promessas de transformação do modo de fazer política, Bolsonaro tem se mostrado muito mais ineficiente. Na relação com o “centrão”, como já mencionado, não logrou a mudança. Na promessa de compor os ministérios de acordo com critérios técnicos, também não conseguiu cumprir a promessa e passou a utilizar os critérios políticos visando dar estabilidade ao governo. A promessa de mudar a perspectiva assistencialista das relações do governo com os estratos de menor renda também se mostrou descumprida, recorrendo aos auxílios econômicos como resposta às dificuldades econômicas geradas a partir da pandemia, bem como uma forma de impulsionar a candidatura de Bolsonaro à reeleição.

Podemos dizer que vivemos o retorno do ciclo de conquistas eleitorais de partidos de esquerda na América Latina?

JIB — Alguns resultados poderiam apontar para isso. As vitórias de Andrés Manuel López Obrador no México em 2018, Alberto Fernández na Argentina em 2019, de Luis Arce na Bolívia em 2020, de Gabriel Boric no Chile em 2021, de

Xiomara Castro em Honduras em 2021 e de Gustavo Petro na Colômbia em 2022 mostram o êxito eleitoral dos partidos mais à esquerda do espectro político. Contudo, as vitórias de Mario Abdo Benítez no Paraguai em 2018, Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, Luis Alberto Lacalle Pou no Uruguai em 2019, Nayib Bukele em El Salvador em 2019 e Guillermo Lasso no Equador em 2021 mostram que os partidos mais à direita no espectro político também conseguem manter certo êxito eleitoral na América Latina. Me parece muito mais que os resultados respondem a um referendo dos resultados governamentais às questões fundamentais para cada país. As crises dos governos de direita da Argentina (endividamento externo e inflação), Chile (sistemas de previdência e educativo) e Colômbia (inflação e desemprego), por exemplo, levaram à eleição dos presidentes de esquerda, ao passo que as crises dos governos de esquerda levaram ao oposto. A diferença do momento atual em relação à “onda rosa” dos anos 2000 é a articulação dos governos, que nos anos 2000 levou à conformação de arranjos institucionais de cooperação e parceria entre os governos de esquerda, ao passo que nos últimos anos essa articulação se dá muito mais no âmbito retórico do que na prática. O desafio para os governos latino-americanos mais à esquerda é justamente responder às demandas que permitiram o seu êxito eleitoral, pois ao não o fazer correm o risco de dar espaço novamente aos governos mais à direita.

É possível apontar quais serão os principais temas de agenda da campanha presidencial ?

JIB — Examinando as atenções do eleitorado e das candidaturas até o momento, segundo as principais pesquisas de opinião e a cobertura midiática e a propaganda eleitoral, é possível apontar as linhas gerais dos principais temas que

têm centrado o debate. As candidaturas de oposição têm focado nas temáticas econômicas, especialmente a inflação, apontando para o governo Bolsonaro como propulsor dos efeitos negativos da inflação para os estratos de menor renda. Bolsonaro, por sua parte, responde sinalizando para a importância de manter seus programas de estímulo ao consumo e de compensação às perdas de renda com a inflação (como o Auxílio Brasil, o vale gás e o auxílio de combustível aos caminhoneiros e outros transportadores). O retorno dos índices de pobreza e fome, especialmente pós-pandemia, também é um tema que chama a atenção, de modo especial na candidatura de Lula, que apega-se à memória positiva dos resultados de seus governos no combate à fome e na redução da pobreza. Ciro Gomes é outro candidato que apega-se aos problemas da fome e pobreza para criticar o governo Bolsonaro, bem como os de Lula, afirmando que o PT não conseguiu manter os resultados, posicionando-se como o candidato que de fato poderia contribuir para superar essas problemáticas. Outro tema recorrente nas campanhas eleitorais, e que direciona parte do debate entre as candidaturas, são os impostos e o gasto público. Enquanto algumas candidaturas focam suas atenções nesses temas, como a de Soraya Thronicke com a proposta do imposto único federal ou a de Luiz Felipe D’Avila advogando pela privatização das empresas e serviços públicos visando a restringir ao mínimo o gasto público, as demais candidaturas apontem genericamente para a necessidade de uma reforma tributária, e as duas principais candidaturas opositoras (Lula e Ciro) mencionam a necessidade de taxação das grandes fortunas, de lucros e dividendos, gerando uma tensão com a elite econômico-financeira nacional. Um tema que parecia ser central para as eleições de 2022 é a

pandemia de COVID-19 e seus efeitos para a saúde pública brasileira. Os efeitos de mais de 684.000 mortes pela enfermidade, o colapso do sistema de saúde em algumas regiões (cabendo lembrar o triste caso do Amazonas), a absoluta desarticulação entre os tomadores de decisão gerando polêmicas entre governos nacional, estaduais e municipais, o atraso no processo de vacinação da população, a desinformação e o questionamento dos especialistas em saúde pública, todos esses elementos permitem e fomentam o debate público sobre a gestão da pandemia e suas consequências para a população. Contudo, até o momento esse tema não tem sido posicionado como central pelas candidaturas, consistindo em um espaço de oportunidade para a oposição criticar a gestão Bolsonaro em sua forma de lidar com a pandemia. A educação pública, por sua parte, novamente é um tema apresentado por todas as candidaturas, como uma aposta futura para transformar a realidade brasileira, mas sem a apresentação bem estabelecida de um planejamento estratégico para aumentar a qualidade e valorizar os profissionais da educação. Enquanto a campanha de Bolsonaro segue focando na relação entre a educação e a promoção dos valores cristãos tradicionais, posicionando o governo como um baluarte na luta ao viés ideológico esquerdista na educação, as demais campanhas, especialmente a de Lula, criticam o corte de verbas públicas para financiar a educação de nível federal, e o auxílio à educação básica. O meio ambiente e as relações com o agronegócio também constituem-se em temas que chamam parte das atenções, onde todos os candidatos reconhecem a importância estratégica do setor primário da economia, mas a oposição critica o governo na relação que isso tem tido com a proteção ambiental, notadamente apontando para os casos da Amazônia e do Pantanal. Também

cabe mencionar o debate sobre a corrupção e o papel da justiça, o ativismo do judiciário, onde principalmente as campanhas de Bolsonaro e Lula alavancam a polarização sobre esses temas, considerando que cada um fora perseguido pelo poder judiciário. Lula e Bolsonaro, inclusive, são posicionados pelas demais candidaturas como representantes da corrupção na política brasileira. Isso leva à apresentação dos últimos temas que podemos elencar nessa lista dos principais temas que dominam o debate público (até agora) neste ciclo eleitoral: a relação entre poderes e defesa da democracia e a polarização política, com a busca por uma terceira via. Na relação de poderes e defesa da democracia, Bolsonaro mantém sua retórica beligerante e desafiadora dos freios e contrapesos do sistema republicano, ao passo que seus opositores apontam para o caráter eminentemente antidemocrático das ações e discursos do presidente e candidato diante do contraditório ou daqueles que lhe dificultam a realização de suas demandas. Isso contribui para aprofundar a polarização maniqueísta entre bolsonaristas e lulistas, onde a dinâmica de posicionamento moral faz parte das relações entre os opostos, cada qual considerando-se moralmente superior. A busca pela terceira via tem parecido muito mais o interesse de alguns grupos políticos e midiáticos do que um espaço promissor no eleitorado. Ainda que as rejeições de Bolsonaro e Lula sejam grandes, são esses dois candidatos que concentram a maioria absoluta das intenções de voto nas sondagens eleitorais feitas até o momento.

Podemos comparar o fenômeno do *antipetismo* - um dos fatores – que culminou na vitória de Jair Messias Bolsonaro ao presente *antibolsonarismo* que poderá levar Luís Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto?

JIB — Nas eleições de 2018 observou-se mais um fenômeno de antipolítica tradicional, onde obviamente o PT era colocado como o principal responsável, mas que resultou na eleição de vários candidatos com o discurso *outsider* e contra a forma de fazer política predominante, por um lado, e resultou em retrocessos eleitorais para vários partidos mais estabelecidos para além do PT (o próprio PSDB que rivalizava com o PT neste modelo, ou o MDB, que compunha governo com o PT até o rompimento em 2016 que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff). Agora, nas eleições de 2022, a rejeição à Bolsonaro parece representar uma rejeição do seu modo de fazer política, com retórica agressiva, antidemocrática, e que descumpriu parcela considerável das promessas de campanha no concernente às mudanças políticas (como o “loteamento” de cargos ao “centrão”, afastando-se do critério técnico advogado ao longo da campanha). De tal modo, podemos sumarizar a diferenciação das duas eleições da seguinte forma: 2018 o antipetismo foi uma faceta de um quadro maior de antipolítica, enquanto em 2022 o *antibolsonarismo* pode ser posicionado neste sentido literal, uma oposição ao modo de fazer política especificamente vinculado com o governo de Bolsonaro. Ademais, o *antipetismo* traz consigo duas consequências observáveis, uma determinada forma de ressentimento de classe em relação aos estratos de menor renda beneficiados com as políticas públicas prioritárias dos governos petistas, e um ressentimento moral-religioso, onde grupos apoiadores do atual presidente consideram -se perseguidos por sua crença religiosa e por seus

valores, perseguidos por governos com tendências esquerdistas que buscam a desintegração social para que se mantenham no poder. Então, o antipetismo representou um caldo de cultivo para a antipolítica em um momento de recessão econômica e de crise de representatividade pelos escândalos de corrupção, um momento especialmente diferente do momento atual, onde a discussão econômica para voltar-se novamente à distribuição (pelos efeitos desproporcionais da inflação) e onde o argumento moral da corrupção para estar se esfacelando, seja pelas denúncias aos membros do governo e da família do presidente, seja pela polêmica gerada pelas questões do chamado “orçamento secreto” que surgiram justamente ao longo do atual governo.

Entrevistador: José Renato Ferraz da Silveira.